

Resolução nº dede2013.

Estabelece os pressupostos, as diretrizes e os procedimentos a serem considerados no processo de Reconhecimento de Saberes e Competências da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

O Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências, constituído nos termos da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 31 de dezembro de 2012 e da Portaria nº 491, de 10 de junho de 2013, publicada no DOU de 11 de junho de 2013, RESOLVE:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os pressupostos, as diretrizes e os procedimentos do processo de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) dos docentes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

DOS PRESSUPOSTOS

Art. 2º. Conceitua-se Reconhecimento de Saberes e Competências o processo pelo qual se reconhece os conhecimentos e habilidades desenvolvidos a partir da experiência individual e profissional, bem como no exercício das atividades realizadas no âmbito acadêmico, para efeito do disposto no artigo 18 da Lei nº 12.772, de 2012.

§1º. Para fins de Reconhecimento de Saberes e Competências devem-se observar os seguintes perfis:

- a) RSC I – Reconhecimento das experiências individuais e profissionais, as atividades de docência e/ou orientação, e/ou produção de ambientes de aprendizagem, e/ou gestão e/ou formação complementar e deverão pontuar, preferencialmente, nas diretrizes relacionadas no §1º do art. 11, desta resolução.
- b) RSC – II – Reconhecimento da participação em programas e projetos institucionais, participação em projetos de pesquisa, extensão e/ou inovação e deverão pontuar, preferencialmente, nas diretrizes relacionadas no § 2º. do art. 11, desta resolução.
- c) RSC III – Reconhecimento da destacada referência do professor, em programas e projetos institucionais e/ou de pesquisa, extensão e/ou inovação, na área de atuação e deverão pontuar, preferencialmente, nas diretrizes relacionadas no §3º. do art. 11, desta resolução.

§2º. A avaliação dos critérios que serão adotados pelas Instituições Federais de Ensino (IFE) para contemplar as diretrizes propostas no inciso III do § 1º e no inciso I do §2º, do art. 11, desta resolução, deverá ser baseada nas atividades de docência e de orientações, e esses critérios deverão ser avaliados, obrigatoriamente, em todos os níveis.

Art. 3º. A Comissão Especial será responsável pela avaliação do processo individual, para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos docentes da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, atendendo aos pressupostos e as diretrizes, constantes nesta resolução e no regulamento de cada IFE.

Art. 4º. O RSC não deve ser estimulado em substituição à obtenção de títulos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

Art. 5º. Em nenhuma hipótese, o RSC poderá ser utilizado para fins de equiparação de titulação para cumprimento de requisitos para a promoção na Carreira.

DAS DIRETRIZES

Art. 6º. As diretrizes nortearão as Instituições Federais de Ensino (IFE) na elaboração dos critérios a serem utilizados pela Comissão Especial na avaliação do processo de RSC.

Art. 7º. A apresentação de atividades para obtenção do RSC independe do tempo em que as mesmas foram realizadas.

Art. 8º. Serão consideradas, para efeito do RSC, a experiência profissional, a participação em programas institucionais e/ou em projetos de pesquisa e/ou extensão e/ou inovação.

Art. 9º. O professor poderá pontuar quaisquer dos itens propostos nas diretrizes do RSC.

§1º. Na pontuação definida pela IFE o docente deverá atingir 60% (sessenta por cento) da pontuação prevista para o nível de certificação pretendido, sendo que, no mínimo, 60% (sessenta por cento) destes pontos deverão estar contemplados no nível pretendido.

§2º. Para os docentes que ingressaram na Rede Federal antes de março de 1997, o percentual a ser atingido para aprovação é de 50%(cinquenta por cento) da pontuação prevista para o nível de certificação pretendido, sendo que, no mínimo,50%(cinquenta por cento) destes pontos deverão estar contemplados no nível pretendido.

§3º. Para os docentes que ingressaram na Rede Federal antes de março de 1993, o percentual a ser atingido para aprovação é de 40% (quarenta por cento) da pontuação prevista para o nível de certificação pretendido, sendo que, no mínimo, 40%(quarenta por cento) destes pontos deverão estar contemplados no nível pretendido.

Art. 10. Conforme disposto no Art. 18 da Lei nº 12.772, de 2012, a equivalência do RSC com a titulação acadêmica, exclusivamente para fins de percepção da RT, ocorrerá da seguinte forma:

I - diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá à titulação de especialização;

II - certificado de pós-graduação *lato sensu* (especialização) somado ao RSC-II equivalerá a mestrado; e

III - titulação de mestre somada ao RSC-III equivalerá a doutorado.

Parágrafo único. Os diplomas e títulos expedidos por universidades estrangeiras, apresentados para obtenção do RSC, deverão atender ao disposto nos parágrafos 2º e 3º, do art. 48, da Lei 9394, de 1996.

Art. 11. O RSC poderá ser concedido pela respectiva IFE de lotação do servidor, por 03 (três) níveis diferenciados, de acordo com os seguintes itens:

§1º RSC- I:

I - Experiência na área de formação e/ou atuação do docente, anterior ao ingresso na Instituição, contemplando o impacto de suas ações nas demais diretrizes dispostas para todos os níveis do RSC;

II - Cursos de capacitação na área de interesse institucional;

III - Atuação nos diversos níveis e modalidades de educação;

IV - Atuação em comissões e representações institucionais, de classes e profissionais, contemplando o impacto de suas ações nas demais diretrizes dispostas para todos os níveis do RSC;

V - Produção de material didático e/ou implantação de ambientes de aprendizagem, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação;

VI - Atuação na gestão acadêmica e institucional, contemplando o impacto de suas ações nas demais diretrizes dispostas para todos os níveis do RSC;

VII - Participação em processos seletivos, em bancas de avaliação acadêmica e/ou de concursos.

VIII - Outras graduações, na área de interesse, além daquela que o habilita e define o nível de RSC pretendido, no âmbito do plano de qualificação institucional.

§2º. RSC - II:

I - Orientação do corpo docente em atividades de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação;

II - Participação no desenvolvimento de protótipos, depósitos e/ou registros de propriedade intelectual;

III - Participação em grupos de trabalho e oficinas institucionais;

IV - Participação no desenvolvimento de projetos, de interesse institucional, de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação;

V - Participação no desenvolvimento de projetos e/ou práticas pedagógicas de reconhecida relevância;

VI - Participação na organização de eventos científicos, tecnológicos, esportivos, sociais e/ou culturais;

VII - Outras pós-graduações *lato sensu*, na área de interesse, além daquela que o habilita e define o nível de RSC pretendido, no âmbito do plano de qualificação institucional.

§ 3º. RSC-III:

I - Desenvolvimento, produção e transferência de tecnologias;

II - Desenvolvimento de pesquisas e aplicação de métodos e tecnologias educacionais que proporcionem a interdisciplinaridade e a integração de conteúdos acadêmicos na educação profissional e tecnológica ou na educação básica;

III - Desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão que proporcionem a articulação institucional com os arranjos sociais, culturais e produtivos;

IV - Atuação em projetos e/ou atividades em parceria com outras instituições;

V - Atuação em atividades de assistência técnica nacional e/ou internacional;

VI - Outras pós-graduações *stricto sensu*, na área de interesse, além daquela que o habilita e define o nível de RSC pretendido, no âmbito do plano de qualificação institucional;

VII- Produção acadêmica e/ou tecnológica, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação.

§ 4º A IFE, em sua regulamentação, poderá estabelecer pesos de 01 (um) a 03 (três) para cada item proposto, de acordo com a especificidade institucional.

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 12. As IFE deverão elaborar regulamento interno para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências em consonância com os pressupostos, diretrizes e procedimentos estabelecidos por esta resolução, devendo encaminhá-lo formalmente ao Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC) da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para homologação e posterior publicação pelo Ministério da Educação.

§1º. Para concessão do RSC, a IFE deverá assegurar a coerência entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e inovação, na definição da pontuação dos critérios, considerando as finalidades institucionais e os perfis de RSC.

§2º. Na definição da pontuação dos critérios para a concessão do RSC, a IFE deverá prever a avaliação, tanto qualitativa quanto quantitativa, de forma a garantir o atendimento dos pressupostos e das diretrizes desta resolução.

§3º. O Conselho Superior ou órgão equivalente das IFE deverá aprovar o regulamento interno, antes do seu encaminhamento ao CPRSC.

Art. 13. As IFE deverão constituir Comissão Especial composta por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de profissionais externos.

§1º. Os membros internos da Comissão Especial deverão ser sorteados pela Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, a partir do Banco de Avaliadores, constituído por um cadastro interno de avaliadores, de servidores da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, assegurada a publicidade dos procedimentos de seleção.

§2º. Nas Instituições que não possuem CPPD ou que esta não seja formada, exclusivamente, por professores EBTT, será criada uma comissão análoga a CPPD, por membros eleitos por seus pares.

§3º. Os membros externos deverão ser sorteados a partir do Banco de Avaliadores, constituído por um cadastro nacional e único de avaliadores, de servidores da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, assegurada a publicidade dos procedimentos de seleção e de todos os avaliadores selecionados.

Art. 15.A comprovação do atendimento aos critérios deverá ser regulamentada pela IFE.

§1º. Os professores EBTT deverão apresentar relatório com documentação comprobatória das atividades à comissão especial.

§2º. Na ausência de documentação comprobatória, para o período anterior a 1º de março de 2003, será facultado a apresentação de memorial, que deverá conter a descrição detalhada da trajetória acadêmica, profissional e intelectual do candidato ao RSC, ressaltando cada etapa de sua experiência.

Art. 16.Os processos de avaliação poderão ser remunerados na forma de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso, nos termos do inciso II, art. 76-A, da Lei nº 8.112/90, do Decreto nº 6.114/2007 e da Portaria MEC nº 1.084, de 2.9.2008, publicada no D.O.U. de 3.9.2008, seção 1, página 20.

Parágrafo único.As despesas decorrentes de passagens e diárias nos deslocamentos dos avaliadores externos para realização da avaliação "in loco" serão custeadas pela Instituição de Ensino solicitante da avaliação externa.

Art. 17.A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 1º de março de 2013.